

## HABITAÇÃO POPULAR NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE - 1910-1930: O DESENHO DE UM ESPAÇO HIGIÊNICO NO DISCURSO DA IMPRENSA PARAIBANA<sup>1</sup>

Fernanda Karoline Martins Lira Alves

A hygiene, de cuja falta tanto nos ressentimos, seria o meio eficaz e certo para impedir o avassalamento das epidemias. As nossas condições hygienicas, não há negal-o, são a causa primordial do mau estado sanitário em que nos achamos(...). O nosso atraso é uma verdade que se impõe a quem quer que visite nossa capital.<sup>2</sup>

A citação escolhida para iniciar, nos é bastante elucidativa, não só no que se refere às condições higiênicas da cidade de Parahyba do Norte – atual João Pessoa – no início do século XX. Mas, principalmente, ao estabelecer uma relação direta entre o progresso da hygiene pública com o progresso material e moral, ou seja, a questão da saúde pública como essencial para o progresso da capital, um discurso que as elites letradas e os governantes puseram na ordem do dia para legitimar suas ações.

Ou seja, mesmo se tratando de uma matéria referente a uma realidade específica – a cidade de Parahyba – ela se assemelha a uma série de reportagens da mesma natureza que, ajustadas aos discursos do Estado e da elite desde fins do século XIX aclamavam as intervenções realizadas nos espaços urbanos em prol do progresso e da civilização<sup>3</sup>, concepções que iluminavam o universo cultural burguês<sup>4</sup>.

A difusão do higienismo no Brasil, desde meados do século XIX, mas especialmente a partir do período republicano, provocou mudanças profundas não só no meio físico, mas também nas formas de sociabilidade urbana que vigoravam até então. Embora saibamos que as ações higienista se fizeram presentes na sociedade como um todo, as classes pobres foram seu alvo principal, tentando impor modos de ser e de viver, de morar e também de se comportar tanto no âmbito público, como no privado.

Nesse sentido, é importante inserir no estudo das habitações populares, o discurso higienista que, enquanto um conjunto de técnicas responsáveis pelo estabelecimento de certas formas de sociabilidade (no que diz respeito ao corpo e a maneira com que este se relaciona com o meio físico)<sup>5</sup>, colocou-se como um veículo de mudança da sociedade brasileira, propondo-se a modificar os hábitos tradicionais, vistos como inadequados a uma

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “A Cidade em Diferentes Olhares”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Jornal *A Imprensa Parahyba*, 26 de fevereiro de 1914, nº51, p. 01

<sup>3</sup> Em fins do século XIX o imaginário da elite estava sendo banhado pelo discurso progressista que pregava o conceito de civilização como meta a ser atingida, dentro de um processo evolutivo, pelos povos.

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres na cidade – vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 1994, p.07

<sup>5</sup> ANADRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A Peste e o Plano*. Dissertação de Mestrado. USP, 1992, p-17

nação que se pretendia civilizada. Penetrando então, no espaço doméstico das famílias, especialmente as pobres, e impondo-lhes regras de higiene e conduta.

Dessa forma, nos remetemos inicialmente a Sidney Chalhoub<sup>6</sup>, quando da sua análise do pensamento vigente no seio da elite e do governo brasileiros, em fins do século XIX, que correlacionava higiene e civilização. Segundo esse autor, há dois princípios essenciais,

Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um 'caminho da civilização', isto é, um modelo de 'aperfeiçoamento moral e material', que teria validade para qualquer povo, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a 'grandeza' e a prosperidade dos 'países mais cultos' seria a solução dos problemas da higiene pública. (CHALHOUB,1996:35)

Este fragmento nos chama a atenção para a difusão de diversas teorias científicas, como o Darwinismo social de Spencer e o Positivismo de Comte, que nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do XX deixaram profundas marcas no estudo da sociedade, partindo da idéia de que a técnica e a ciência poderiam resolver os problemas da humanidade. Idéias como estas, trazidas da Europa, tiveram uma ampla acolhida no Brasil, especialmente no seio das elites republicanas, uma vez que o país precisava seguir, após a abolição da escravidão e a proclamação da república, os rumos do progresso e da civilização sinalizados pela Europa.

Partindo dessa idéia, é que os médicos-sanitaristas do início da República viam as condições da higiene pública como indicador do grau de civilização de um povo. Mais que isso, havia critérios técnicos, científicos, que norteavam as ações da administração pública. Resultando assim, segundo o próprio Chalhoub

No processo de configuração dos pressupostos da Higiene como ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao 'verdadeiro', à 'civilização', implicam a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. (CHALHOUB,1996:35)

Fica perceptível, de acordo com a citação, que despolitiza-se a realidade histórica e legitima-se, mesmo sem nenhuma comprovação, as políticas de caráter puramente técnico a serem efetivadas a fim de colocar o país no "caminho da civilização". Como se houvesse uma forma "científica" de gerir a cidade com seus mais diversos problemas sociais, ou seja, na busca de trilhar este caminho único, a higiene pública tida como ideologia acabou informando o processo de intervenção das administrações públicas no espaço da cidade, em especial das habitações populares. Mas apesar dessa intenção do discurso da higiene de se colocar acima dos homens e suas questões sociais, tratou sempre de tomar decisões

---

<sup>6</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*, Companhia das Letras, São Paulo,1996.

políticas claras quanto ao direcionamento dos benefícios a serem alcançados através das iniciativas da administração pública.

Assim, há no país, nas primeiras décadas da República, uma intensificação da ação médico-sanitarista. Era, conforme Sebastião Rogério Ponte<sup>7</sup>, “o início fragmentado, mas pretensioso, de um processo de medicalização geral da água, do ar, dos lugares e da produção(...) sob a poderosa justificativa bio-política de que sem um satisfatório estado sanitário não haveria civilização nem produção de riqueza”. O espaço urbano tornou-se, de imediato, o principal alvo desse revigoramento da vontade civilizatória no seio das elites republicanas<sup>8</sup>

Os programas de saneamento e higienização dos corpos e dos espaços, empreendidos no país, podem então, ser reconhecidos em dois sentidos. Em primeiro lugar, pela busca da melhoria efetiva das condições de vida da população das várias cidades brasileiras que corriqueiramente eram assoladas por uma série de epidemias. Mas também é possível, reconhecermos, secundariamente, uma outra linha de interesse. A imagem do atraso do país, atribuída em parte à existência do regime monárquico e do sistema de trabalho escravo, vinculando assim, o novo regime – republicano – à idéia de progresso, numa tentativa de afastar a imagem da pobreza, de “atraso”, de afastar as formas precárias de habitação e trabalho, ligadas a esse passado.

Sendo assim, as cidades brasileiras na República Velha, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, entre outras, vinculadas ao comércio exportador, cidades portuárias, passaram por profundas mudanças que envolveram a vida cotidiana e as condições gerais de organização da cidade, com o objetivo de modernizá-las em face ao desenvolvimento do processo de industrialização e às transformações em curso. De modo a torná-las cidades atrativas a investidores e visitantes.

Mesmo que em épocas diferentes – iniciando nas capitais e em seguida tomando conta do imaginário das elites das demais cidades do país – o desejo era o um só, modernizar suas cidades à maneira de metrópoles mais avançadas.

Nesse contexto, o discurso do progresso não deixará de fora dos seus planos as habitações populares, as quais tidas como focos potenciais de origem e proliferação de doenças e vícios, vão ser alvo de um processo de disciplinarização a fim de extirpar esses elementos ameaçadores à saúde e à moral da cidade. E os médicos higienistas, “detentores dos saberes científicos”, percebendo-se como as autoridades legítimas para intervir nesse espaço passam a querer modificar hábitos e práticas cotidianas dessas pessoas, impondo-lhes de forma autoritária normas de higiene e conduta.

---

<sup>7</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.

<sup>8</sup> PONTE, S. op.cit. p.17

Os médicos higienistas, a partir dos discursos da medicina social que nasceu na França no século XVIII, passam a conceber a cidade como um organismo, um corpo funcional, o meio não será mais apenas o ambiente físico, mas sim a unidade formada pelos aspectos da vida social humana. Segundo esse postulado organicista, conforme a compreensão de Carlos Roberto M. de Andrade<sup>9</sup>, “o quadro urbano e a vida social formam um todo indissociável”, de tal modo que à boa saúde do corpo social, deveria cuidá-lo e mesmo extirpar, se assim fosse preciso, aquilo que pudesse prejudicá-lo.

Desse modo, é que se dá toda uma intervenção, como já havia dito anteriormente, nas habitações populares, sobretudo nos cortiços, com vistas a proporcionar a saúde da cidade. Segundo o discurso médico, a forma como esses moradores estavam organizados – aglomerados em cortiços, becos ou estalagens superlotadas, além do acúmulo de detritos e de animais domésticos – congestionavam esses espaços, impedindo a circulação do ar, a entrada de raios solares, elementos tidos como fundamentais para a saúde do organismo.

Esse movimento pela salubridade das cidades pode ser percebido na Parahyba a partir de meados do século XIX, ganhando maior ênfase no início do século XX, com as intervenções empreendidas na capital e em seguida em algumas cidades do interior.

A Repartição de Higiene do nosso estado, responsável pelo serviço de saúde pública, foi institucionalizada em 1911, com o Decreto nº 494<sup>10</sup>. Era composta por dois delegados e um desinfector. Segundo Duarte, elaborada no intento higienista da época, os membros da Repartição empreenderam toda uma ação de fiscalização nas áreas urbanas que representavam uma ameaça de epidemias e doenças, de maneira que, becos e vielas passaram a partir de então, a sofrer a intervenção dos agentes higienistas.

Todo o encanto pelo discurso científico e o desejo de tornar a cidade “civilizada” por parte da nossa elite, farão destes um dos empenhados na atividade de fiscalização e denuncia das “irregularidades” higiênicas nas habitações dos populares, utilizando-se da imprensa para clamarem à inspetoria da saúde pública as eficazes providências. Observemos uma das inúmeras denúncias contra essas habitações, apresentada na coluna “Com a Repartição de Hygiene” do jornal *A Imprensa* de 21 de novembro de 1912:

Pessoa de prestígio que nos merece toda fé, relata-nos um facto para o qual chamamos a atenção dos médicos da Hygiene.

Existe na rua 13 de maio um quarteirão chamado de 7 quartos pelas 7 espeluncas fétidas e lotadas ali existentes

Do quintal destes quartos sem aparelho nem outra sorte de acomodações sanitárias desprendem um mau cheiro insuportável: toda sorte de detritos e porcarias acumuladas que crianças se aproveitam para se emporcalharem.

É este um facto digno das vistas rigorosas da hygiene, pelo estado sanitário da nossa cidade e pela vizinhança de terríveis pestes cujos micróbios não desdenharão de certo, a pestiqueira da

<sup>9</sup> ANDRADE. Carlos Roberto Monteiro de. *A Peste e o Plano*. Dissertação de Mestrado. USP, 1992, P.23

<sup>10</sup> SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. Serviço de Higiene Pública: 1895-1918*. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

imundice como esta em que vivem estas pessoas e que ora fallamos ( *A IMPRENSA*, 21 de novembro de 1912, p 01)

Assim, reafirma-se a partilha que se opera entre a elite desodorizada, “civilizada” e o povo infecto e de hábitos “selvagens”. A dimensão reduzida dessas habitações, onde convivem grande número de pessoas junto com animais, incomodavam os delicados hábitos da classe dominante. De modo que não só suas moradias, mas essas pessoas, passam a ser objeto de uma ação autoritária que visa não apenas higienizar o meio físico, mas imprimir-lhes hábitos de comportamento e disciplina geral.

Dessa forma, a sociedade moderna do século XX, marcada pelo discurso cientificista, que impulsionou a ação saneadora e moralizante das cidades brasileiras, acrescia cada vez mais, às palavras de ordem e higiene, os postulados do progresso e da civilização. E a cidade de Parahyba por sua vez, crescia, e da mesma forma que as demais capitais do país pretendia modernizar-se e ser civilizada, e para isso dentre outras medidas, o então governador do estado o Sr. Castro Pinto solicitou ao engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito um projeto de saneamento para a nossa capital, no ano de 1913.

No projeto elaborado por Saturnino de Brito para a cidade de Parahyba, entre outros fatores importantes para a salubridade da cidade, o engenheiro destaca a questão dos esgotos domiciliares, propondo uma reforma sanitária das habitações insalubres. Segundo ele, não basta apenas as instalações sanitárias de água e de bens de esgoto para a salubridade das habitações e conseqüentemente da cidade. De acordo com Brito, três aspectos são essenciais, dentre estes chamamos a atenção para dois,

- a) A reforma sanitária das habitações insalubres, dando-lhes os predicados que a hygiene sensata indica, como sejam especialmente a illumination so’ar directa e a ventilação natural de todos os aposentos;
- b) Não consentir, de um modo inflexível, sem temores e sem favores, que os novos prédios se sacrifiquem as condições essenciais para a sua salubridade, tão prejudicada pelos constructores de “casas econômicas” destinadas a exploração por aluguel<sup>11</sup>

Nesse contexto, era necessário declarar guerra aos becos, vielas, e outros espaços que representassem um perigo à construção de uma cidade limpa, ordenada e moderna. De modo que, a questão da habitação popular, na cidade de Parahyba do Norte, no início do século XX, passa a constituir num espaço que médicos-higienistas e o Estado passam a intervir impondo normas precisas de habitabilidade em face ao novo modelo de cidade que se queria gestar.

---

<sup>11</sup> Projeto dos Esgotos, Parahyba do Norte, 1914

## No cotidiano de um beco

Julgando urgente livrar a cidade desses convívios considerados promíscuos e desestabilizadores da ordem e da saúde pública, é que a elite tanto almejava a retirada daqueles populares, bem como o fechamento dos becos e travessas que cortavam não só o bairro do Tambiá como as áreas centrais da cidade

Se o aburguesamento da sociedade levava o poder público a intervir de maneira mais efetiva no espaço urbano, seja alargando ruas ou demolindo antigas construções e casas de taipas em nome do progresso e da ordem, também se orientou para a eliminação de certos hábitos e sociabilidades dos moradores de becos, travessas e outras habitações coletivas que atentavam contra a moral e aos bons costumes.

A capital era, pois bastante profusa em becos que se entrecruzavam com os espaços burgueses sendo, portanto objeto freqüente das inúmeras matérias de jornais, que denunciavam suas formas de sociabilidades como atentatórias à ordem pública.

Era comum nos depararmos com denúncias como esta que segue, do jornal *A União*, intitulada “Com a Polícia”,

Moradores da rua dos bandeirantes reclamam do Dr. Luiz Franco, delegado do 3º distrito, providencias contra os procedimentos irregularíssimos de uns indivíduos residentes num becco que corta essa rua, os quais costumam fazer forrós, acabando por ter fim com bebedeira e brigas, e costuma agredir as famílias fronteiras com palavras pornographicas. Convem que o Dr. Luiz Franco mande fazer alli uma fogueira para mitigar os ataques daquela gente. (*A UNIÃO*, 01 de Setembro de 1919, p-2)

A fogueira bem que combinaria com o forró, no entanto não era tão fácil eliminar práticas e lazeres que já estavam arraigados no cotidiano dessas pessoas. Mesmo considerando-se a intenção das elites, como já nos referimos no capítulo anterior, de imprimir-lhes novos hábitos e formas de sociabilidade, os populares continuavam a manter suas práticas, renovando-se e forjando sua própria realidade.

Ou seja, essa ilusão de controle total das convivências sociais dos populares por parte da elite teve que enfrentar as ações e persistências desses habitantes que praticavam suas próprias noções de intimidade, habitação e vizinhança.

Portanto, não era tão simples as intervenções feitas, especialmente pela polícia, nos becos habitados pelos populares, como podemos detectar num episódio que ocorrera no Beco do Londres, quando da briga entre a conhecida meretriz Antonia Pedro da Costa, que segundo os vizinhos, era dada ao vício do álcool, e a sua amiga, terminando por envolver outros vizinhos, “dando início a baixaria, o que é tradicional nesses lugares uma scena de tal jaez”<sup>12</sup>. Diante daquela confusão se dirigiram ao local duas praças de soldados que foram, segundo o próprio jornal, insuficientes para controlar a situação, sendo quase expulsos e

<sup>12</sup> Jornal *A União*, Parahyba, 23 de Janeiro de 1920, p.2

somente mais tarde, quando o delegado do 1º Distrito encaminhou mais soldados é que conseguiram, apesar dos protestos dos moradores, conduzir os envolvidos até a delegacia. Esse fato nos remete a José Murilo de Carvalho<sup>13</sup>, quando a respeito da organização dos cortiços cariocas no início da República, considera que “ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo”<sup>14</sup>, que era principalmente a polícia.

O cotidiano dos becos, segundo o discurso da elite, inquieto por natureza, marcado por um vaivém promiscuo de animais, misturado com pessoas, muitas vezes desocupadas que se entregavam aos prazeres do álcool e do jogo, era responsável pela produção de comportamentos desviantes, como a vadiagem e a prostituição, que revelam a baixa moralidade das populações pobres. Dessa forma, a questão da habitação popular é colocada como um entrave ao progresso econômico e moral da cidade. Sendo, portanto, necessário construir um tipo racionalizado e moralizado de espaço domiciliar para os pobres.<sup>15</sup>

A questão da habitação popular, vai ganhar destaque sobretudo com as reformas urbanas empreendidas a partir da gestão do Prefeito Walfredo Guedes Pereira, que sob a justificativa de tornar os espaços salubres, aproveitou-se para, sempre que possível, disciplinar e “moralizar” seus habitantes.

## Referencias Bibliográficas

AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. *Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro*. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitarista do engenheiro Saturnino de Brito*. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP, 1992.

BRESCIANNI, Maria Stella M. *História e historiografia das cidades, um percurso*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1988, pp.237-258.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: *Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 10-40.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das Habitações Populares – Rio de Janeiro 1886-1906*. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1980.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim - O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: companhia das letras, 1996.

FERNANDES, Ana & GOMES, Marco A. A. de Filgueiras (orgs). *Cidade & História – modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Seminário de História Urbana, Salvador: UFBA, ANPUR, 1992, pp. 53-197.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados– o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>14</sup> CARVALHO, J. op. cit p.39

<sup>15</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.193

MEDEIROS, Coriolano de. *O Tambiá da Minha Infância – Sampaio*. João Pessoa: SEC, A União Editora, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres na cidade – vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 1994.

RAGO, Margareth. A Desodorização do Espaço Urbano. In: *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp. 163-203.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições – cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1983.

SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. Serviço de Higiene Pública: 1895-1918*. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Imagens da cidade: letrados, políticos e memórias. In: *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)*. Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 245-318.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. *O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945)*. Bacharelado em História. Campina Grande: UFPB Campus II, 1988.